

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS:
HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA – NEABI-UFOP

ROSELY DOS SANTOS COSTA

A TEMÁTICA INDÍGENA NA EJA - ENSINO MÉDIO DE OURO PRETO: UMA
ANÁLISE DOCUMENTAL À LUZ DA LEI Nº 11.645/2008

OURO PRETO – 2025

Rosely dos Santos Costa

**A TEMÁTICA INDÍGENA NA EJA - ENSINO MÉDIO DE OURO PRETO: UMA
ANÁLISE DOCUMENTAL À LUZ DA LEI Nº 11.645/2008**

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação das Relações étnico Raciais, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para a obtenção do título de especialista em educação para as relações étnico-raciais.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Mendes Pereira

Ouro Preto

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C837t Costa, Rosely dos Santos.

A temática indígena na EJA - ensino médio de Ouro Preto
[manuscrito]: uma análise documental à luz da Lei nº 11.645/2008. /
Rosely dos Santos Costa. - 2025.
26 f.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Mendes Pereira.

Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro
Preto. Departamento de Educação e Tecnologia.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Indígenas - Educação. 3. Ensino
médio. I. Pereira, Verônica Mendes. II. Universidade Federal de Ouro
Preto. III. Título.

CDU 374.7:39

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosely dos Santos Costa

A Temática Indígena na EJA - Ensino Médio de Ouro Preto: Uma Análise Documental à Luz da Lei Nº 11.645/2008

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Especialização em Educação para as Relações Étnico Raciais: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais

Aprovada em 01 de Dezembro de 2025

Membros da banca

Professora Doutora - Verônica Mendes Pereira - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)

Professora Doutora - Juliana Ventura de Souza Fernandes - (Instituto Federal de Minas Gerais)

Professor Doutor - Adilson Pereira dos Santos - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Professora Doutora Verônica Mendes Pereira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/03/2026



Documento assinado eletronicamente por **Veronica Mendes Pereira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 31/03/2026, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1073781** e o código CRC **268E7B3B**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de sabedoria, força e sustento em todos os momentos, minha profunda gratidão por me conduzir até aqui.

À minha mãe, Zizinha, pelos ensinamentos de vida que carrego comigo e pela presença constante ao longo da minha trajetória.

Aos meus filhos, Davi e Emily, que são minha maior motivação e inspiração diária, agradeço pela compreensão, pelo carinho e por darem sentido a cada conquista.

À minha orientadora, Professora Verônica Mendes Pereira, pela dedicação, paciência e valiosa orientação, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e ao NEABI, pelo compromisso com uma educação crítica, inclusiva e transformadora, que possibilitou a construção deste estudo.

E, de forma muito especial, aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da cidade de Ouro Preto, que, com suas trajetórias de vida, inspiram resistência, coragem e esperança. Este trabalho também é por vocês e para vocês.

A todos, minha sincera gratidão.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em
comunhão.” — Paulo Freire

RESUMO

A obrigatoriedade da abordagem da história e cultura dos povos indígenas no currículo da educação básica brasileira, instituída pela Lei nº 11.645/2008, representa um marco importante na valorização das identidades originárias e na promoção de uma educação antirracista e plural, no entanto, a efetivação dessa legislação enfrenta desafios diversos. Considerando essas particularidades, este trabalho investigou de que maneira a temática indígena tem sido contemplada nos documentos e materiais pedagógicos utilizados nas turmas da EJA – especificamente no nível do Ensino Médio – ofertadas na sede do município de Ouro Preto-MG. Conclui-se que, embora a legislação ofereça um marco normativo importante para a construção de uma educação comprometida com a valorização das culturas indígenas, sua efetividade depende de múltiplos fatores: da vontade política dos gestores educacionais, da formação crítica dos professores, da qualidade dos materiais utilizados, da escuta atenta às vivências dos estudantes e da articulação entre a escola e os contextos culturais locais e que muito ainda precisa ser feito para que essa Lei se efetive.

Palavras-chave: Lei 11.645; Educação de Jovens e Adultos; Ensino Médio; Ouro Preto, MG.

ABSTRACT

The mandatory inclusion of the history and culture of indigenous peoples in the Brazilian basic education curriculum, established by Law No. 11,645/2008, represents an important milestone in valuing original identities and promoting an anti-racist and pluralistic education. However, the effective implementation of this legislation faces several challenges. Considering these particularities, this work investigated how the indigenous theme has been addressed in the documents and pedagogical materials used in EJA (Youth and Adult Education) classes – specifically at the high school level – offered in the city of Ouro Preto-MG. It concludes that, although the legislation offers an important normative framework for building an education committed to valuing indigenous cultures, its effectiveness depends on multiple factors: the political will of educational administrators, the critical training of teachers, the quality of the materials used, attentive listening to the experiences of students, and the articulation between the school and local cultural contexts. Much still needs to be done for this law to be fully implemented.

Keywords: Law 11.645; Youth and Adult Education; High School; Ouro Preto, MG.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	9
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3. EJA E A TEMÁTICA INDÍGENA.....	17
4. ANÁLISE DOCUMENTAL	20
5. ESTUDO DE CASO: ESCOLA DOM PEDRO II.....	24
6. Considerações Finais:	35
REFERÊNCIAS:.....	36

1.INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade da abordagem da história e cultura dos povos indígenas no currículo da educação básica brasileira, instituída pela Lei nº 11.645/2008, representa um marco importante na valorização das identidades originárias e na promoção de uma educação antirracista e plural. No entanto, a efetivação dessa legislação enfrenta desafios diversos, especialmente em contextos educativos marcados por especificidades, como é o caso da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Considerando essas particularidades, este trabalho propõe-se a investigar de que maneira a temática indígena tem sido contemplada nos documentos e materiais pedagógicos utilizados nas turmas da EJA – especificamente no nível do Ensino Médio – ofertadas na sede do município de Ouro Preto-MG, à luz do que estabelece a lei nº 11.645/2008.

O objetivo geral da pesquisa é analisar se, e de que forma, as questões indígenas são abordadas na EJA de nível médio em Ouro Preto-MG, a partir de uma análise documental e bibliográfica. Para tanto, busca-se identificar a presença da temática indígena nos currículos e materiais didáticos adotados nas turmas de EJA – Ensino Médio; realizar o levantamento e a análise de documentos institucionais (como Projetos Político-Pedagógicos, planejamentos escolares e livros didáticos) que orientam o trabalho pedagógico nesse segmento educacional; discutir os principais desafios e avanços na implementação da Lei nº 11.645/2008 com base na literatura especializada; e, por fim, compreender como o contexto histórico-cultural do município de Ouro Preto influencia a (in)visibilidade das questões indígenas. A inserção da história e cultura indígena no currículo escolar, conforme estabelece a Lei 11.645/08, representa um avanço na construção de uma educação voltada para a valorização da diversidade étnico-racial. No entanto, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos em diferentes contextos educacionais, especialmente em municípios com forte herança colonial, como é o caso de Ouro Preto-MG. Historicamente marcada pela mineração e pelo apagamento das populações indígenas, a cidade ainda apresenta lacunas na visibilidade e no reconhecimento dessas culturas no espaço escolar.

Para o desenvolvimento deste estudo, será realizada uma abordagem teórico-documental, fundamentada em literatura especializada e em documentos institucionais.

A pesquisa documental é uma modalidade de investigação que se baseia na análise sistemática de documentos — oficiais, institucionais, históricos ou pedagógicos — com o objetivo de produzir novos conhecimentos, reinterpretar informações já existentes ou compreender, em profundidade, fenômenos sociais e educacionais. Esses documentos são produzidos em contextos específicos de atuação institucional e podem revelar aspectos concretos da realidade investigada.

Segundo Pádua (1997, p. 62), a pesquisa documental

é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais e na investigação histórica, a fim de descrever ou comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...].

Como se pode observar, a pesquisa documental configura-se como uma estratégia metodológica relevante, na medida em que possibilita ao pesquisador o acesso a registros autênticos, frequentemente elaborados com propósitos práticos, administrativos ou pedagógicos. Quando analisados sob uma perspectiva científica, esses documentos oferecem contribuições significativas para a compreensão de processos educativos, políticas públicas e práticas escolares.

Além disso, o uso de fontes documentais reduz a interferência direta do pesquisador no campo de estudo, minimizando possíveis vieses decorrentes de técnicas como entrevistas e questionários, e possibilitando uma análise mais crítica, reflexiva e contextualizada do material coletado.

No âmbito educacional, a pesquisa documental é fundamental para compreender como leis, diretrizes e políticas públicas são incorporadas às práticas institucionais e pedagógicas. Ao examinar documentos oficiais, torna-se possível identificar os caminhos e os obstáculos encontrados pelas escolas na implementação de determinadas normativas, como é o caso da Lei nº 11.645/08.

Dessa forma, esse tipo de pesquisa mostra-se adequado à presente investigação, que busca compreender como a temática indígena é inserida no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) — Ensino Médio — no município de Ouro Preto, MG.

A pesquisa utilizou como fontes principais o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento de uma escola de EJA, na Cidade de Ouro Preto, MG. Inicialmente a pesquisa seria realizada tendo como fontes principais o Projeto Político-Pedagógico (PPP), os planejamentos escolares e os livros didáticos utilizados nas turmas de EJA – Ensino Médio. Nesse sentido, foi encaminhada uma solicitação formal, por meio de correio eletrônico, à Escola Estadual de Ouro Preto, com o objetivo de acessar esses documentos institucionais, entretanto, a resposta da referida instituição foi negativa quanto ao envio dos materiais solicitados, o que representa uma limitação significativa para a realização da análise inicialmente pretendida.

Diante dessa recusa, a investigação direcionou-se para a análise dos documentos disponíveis na Escola Estadual Dom Pedro II, (e não mais a escola cujo nome é Escola Estadual de Ouro preto) também localizada no município, a partir de materiais que incluem seu Projeto Político-Pedagógico e o regimento escolar.

A negativa ao fornecimento dos documentos por parte da Escola Estadual de Ouro Preto evidencia um dos desafios recorrentes enfrentados por pesquisadores na área da educação: a dificuldade de acesso a fontes primárias, especialmente quando se trata de documentos institucionais. Tais obstáculos podem decorrer de diversos fatores, como a burocratização dos processos administrativos, a ausência de políticas claras de transparência institucional ou mesmo a falta de compreensão acerca do papel da pesquisa acadêmica no aprimoramento das práticas escolares. Essas dificuldades impõem limites à abrangência da investigação, restringindo a comparação entre diferentes realidades escolares e, conseqüentemente, a construção de um diagnóstico mais amplo e representativo.

Ainda assim, a análise dos documentos da Escola Estadual Dom Pedro II permite avançar na compreensão sobre a presença — ou ausência — da temática indígena no contexto da EJA de nível médio em Ouro Preto, contribuindo para uma reflexão crítica acerca da efetividade da Lei nº 11.645/08 e dos desafios enfrentados por

educadores e gestores na promoção de uma educação comprometida com a diversidade étnico-racial.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Entre os documentos que foram analisados, destaca-se o Projeto Político-Pedagógico (PPP), considerado um dos instrumentos centrais da gestão e da organização escolar. O PPP é um documento construído coletivamente pela comunidade escolar — envolvendo gestores, professores, funcionários, estudantes e, em alguns casos, familiares — e orienta a prática educativa da instituição.

No contexto desta pesquisa, o PPP será analisado como fonte documental com o objetivo de verificar de que maneira a Lei nº 11.645/08 é incorporada aos princípios e práticas escolares no segmento da EJA. A presença ou ausência de menções à história e à cultura indígena nesse documento constitui um indicativo da prioridade atribuída ao tema no planejamento institucional. Além disso, a análise permitirá identificar se há ações concretas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial ou se a referência à lei permanece apenas no campo das intenções gerais, sem repercussões práticas no cotidiano escolar.

Planejamentos Escolares

Os docentes definem os conteúdos a serem trabalhados, os objetivos de aprendizagem, as metodologias a serem empregadas, os recursos didáticos utilizados e os critérios de avaliação. Dessa forma, os planejamentos escolares configuram-se como documentos-chave para compreender os desafios e os avanços na implementação da Lei nº 11.645/08.

A presença de atividades, leituras, debates ou projetos que abordem a temática indígena indica um esforço pedagógico voltado à superação de invisibilidades históricas.

Livros Didáticos

Além do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos planejamentos escolares, a análise dos livros didáticos utilizados na EJA constitui uma etapa fundamental da

pesquisa. O livro didático, embora não seja o único recurso pedagógico, exerce grande influência sobre a prática docente e sobre a construção do conhecimento dos estudantes, sobretudo no contexto da educação pública. Por isso, é necessário investigar de que forma a história e a cultura indígena são apresentadas nesses materiais.

A investigação buscará compreender se os livros didáticos da EJA, adotados em Ouro Preto (MG), apresentam avanços nesse sentido, incorporando perspectivas mais críticas e atualizadas, em consonância com a Lei nº 11.645/2008. A maneira como as imagens, os textos e as atividades são construídos poderá indicar se há valorização da diversidade étnico-racial ou se ainda persistem lacunas e distorções que comprometem a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: inicialmente abordaremos a história da EJA no Brasil e em Ouro Preto; em seguida, apresentaremos as contribuições de autores que têm se dedicado ao estudo da EJA e da História Indígena na perspectiva da Lei nº 11.645/2008; e, por fim, apresentaremos os dados dos documentos analisados, debatendo como tem ocorrido a aplicação da referida lei na escola pesquisada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Histórico da EJA no Brasil

Ao analisar a história da educação no Brasil, podemos afirmar que, no período colonial, as classes mais ricas eram privilegiadas e podiam frequentar as escolas existentes, administradas pelos jesuítas. Com a expulsão destes, o sistema de ensino até então vigente chegou ao fim. Mais tarde, a educação passou a ser responsabilidade do Estado e era direcionada aos filhos dos colonizadores portugueses.

Somente na transição do Império para a República é que se observaram debates sobre a educação, uma vez que ela passou a ser considerada um meio essencial para o progresso nacional. Seguindo orientações da UNESCO para combater o analfabetismo, foi apresentada, em 1947, pelo governo, a 1ª Campanha Nacional de

Educação de Adultos. Entretanto, a pessoa não alfabetizada era vista como incapaz e, por isso, era excluída do direito ao voto.

A partir da década de 1960, começou-se a abrir espaço para reflexões sobre a alfabetização, e uma nova pedagogia foi se consolidando, tendo como principal referência o educador Paulo Freire. Contudo, durante o golpe civil-militar de 1964, a realidade mudou e as ações educacionais voltadas à EJA foram paralisadas. Muitos pensadores, compositores e educadores — entre eles Paulo Freire — foram exilados.

O governo militar criou, em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), cujo objetivo restringia-se ao ensino da leitura e da escrita. Com o fim do regime militar e a promulgação da Constituição Federal do Brasil, em 1988, estabeleceu-se, em seu Artigo 205, a educação como direito constitucional:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Paulo Freire e a EJA

Segundo Freire (1987), as pessoas analfabetas não devem ser vistas como imaturas ou ignorantes. O educador chamava atenção para o fato de que o desenvolvimento educativo deveria ocorrer conforme as necessidades desses alunos. Por meio do método de ensino de Freire, consolidou-se a visão de ministrar aulas considerando a realidade dos educandos, conscientizando-os sobre sua própria situação por meio do diálogo e compreendendo o analfabetismo como um problema social.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) assume um papel estratégico na redução das desigualdades sociais, ao proporcionar oportunidades educacionais àqueles que foram historicamente marginalizados e enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas. A perspectiva de Paulo Freire reforça que o educador deve conhecer e considerar as condições de vida e os desafios enfrentados pelos alunos antes de focar

exclusivamente em métodos de ensino. Desconsiderar essas realidades compromete o potencial transformador da educação.

Segundo Alves, Santos e Silva, (2021, p. 9)

“Freire trouxe ao mundo esperança, e suas ideias jamais serão esquecidas. Pelo contrário, suas reflexões reafirmam, a cada dia, os pensamentos dos profissionais que atuam no cotidiano das salas de aula. Ter conhecimento de suas discussões é de extrema importância para todas as áreas, principalmente para as licenciaturas. Tal conhecimento pode proporcionar a aproximação do profissional em debates que tratam da realidade de maneira profunda, com responsabilidade, conhecimento e procedimentos capazes de levantar propostas pedagógicas amplas, contemplando sujeitos diversos, capazes de trilhar caminhos diferentes, plurais e equitativos”.

3. EJA E A TEMÁTICA INDÍGENA

História Indígena na EJA

Podemos verificar que os povos indígenas sempre foram mencionados por muitos autores e professores sob uma ótica idealizada, romântica e estereotipada, o que resultou em pouco conhecimento sobre a riqueza de sua cultura, limitando-os ao período da colonização e à utilização como mão de obra escravizada.

A partir da Lei nº 10.639/2003 — e, conseqüentemente, de sua alteração e ampliação pela Lei nº 11.645/2008 — foram estabelecidas diretrizes para a inclusão e obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar. Trata-se de um importante marco legal que prioriza as questões étnicas no ensino básico. De acordo com tal legislação,

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o papel do negro e do índio na formação da sociedade nacional, resgatando suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira. (Brasil, 2008)

Essa conquista representa uma grande vitória das lutas travadas pelos povos indígenas na busca por desmistificar o ensino e a escrita de sua rica história. É necessário, sobretudo, que as escolas e os professores elaborem planos pedagógicos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais, promovendo a igualdade entre os povos.

Faz-se necessário reconhecer que o ensino e os materiais didáticos utilizados durante muito tempo alimentaram a ideia de que o indígena é apenas um povo originário, sem considerar sua história contemporânea. É de suma importância que esses materiais sejam desvinculados do senso comum, abrindo espaço para a diversidade, para as narrativas próprias e para a valorização da identidade indígena. Assim, torna-se possível desfazer mitos que reforçam a ideia de que os povos indígenas não estão inseridos no contexto atual.

Dessa forma, é preciso estar atento, pois, no contexto da EJA, persistem narrativas e preconceitos já anteriormente reproduzidos, que precisam ser desconstruídos. Os esforços devem seguir na direção de fazer com que os povos indígenas sejam reconhecidos como protagonistas de sua própria história.

História da EJA em Ouro Preto

Por ser uma cidade patrimônio mundial e histórico da humanidade, Ouro Preto também se destaca como um importante destino turístico e cultural. Possui tradição na mineração e recebe visitantes de diversas partes do mundo.

Em relação à EJA na região, observa-se um perfil diversificado de idades, o que representa um grande desafio pedagógico. O Censo Escolar, realizado anualmente no Brasil e responsável por reunir dados sobre diversos aspectos das escolas — como número de matrículas e infraestrutura —, indica que, segundo o Censo de 2024, havia 497 alunos matriculados na EJA em Ouro Preto.

A EJA na cidade está em pleno funcionamento. O processo de matrícula é coordenado pela Secretaria Estadual de Educação, por meio do Sistema Único de Cadastro e Encaminhamento para Matrícula (SUCEM). A modalidade é ofertada em escolas municipais e estaduais, com foco no ensino fundamental e médio,

atendendo jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade adequada e desejam concluir a Educação Básica.

O Ensino Médio na modalidade EJA é oferecido de forma presencial em escolas estaduais, no turno noturno, e exige frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação. O curso tem duração de 1 (um) ano e 6 (seis) meses, organizados em 3 (três) períodos semestrais.

4. ANÁLISE DOCUMENTAL

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola: o que é.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento fundamental que orienta toda a organização e o funcionamento da escola, servindo como referência para suas ações pedagógicas, administrativas e organizacionais. Mais do que um simples plano, o PPP é uma construção coletiva que expressa a identidade da instituição escolar, seus objetivos, valores e compromissos com a formação dos estudantes. Ele nasce da necessidade de pensar a escola de forma crítica, contextualizada e democrática, considerando a realidade em que está inserida e os caminhos possíveis para transformá-la.

O caráter político do PPP está relacionado à sua função de orientar a escola em sua missão social de formar cidadãos conscientes, críticos e participativos. Já o aspecto pedagógico refere-se às práticas de ensino e aprendizagem, à organização curricular, aos métodos de avaliação e às estratégias de gestão educacional. Por isso, o PPP deve ser construído com a participação ativa de toda a comunidade escolar — professores, gestores, funcionários, estudantes, pais e responsáveis —, valorizando o diálogo, a escuta e o compromisso coletivo com a qualidade da educação.

Além disso, o PPP é um instrumento dinâmico, que deve ser constantemente revisitado e atualizado, pois reflete um processo contínuo de planejamento e ação. Ele está diretamente alinhado à legislação educacional vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e às orientações das secretarias de educação, garantindo coerência entre as metas institucionais e as políticas públicas.

Em síntese, o PPP representa o compromisso da escola com um projeto educativo coerente, transparente e transformador. Ao reunir diretrizes claras sobre currículo,

gestão, práticas pedagógicas e avaliação, o documento fortalece o senso de pertencimento e o engajamento da comunidade escolar em torno de um objetivo comum: garantir a aprendizagem e o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

O Planejamento Escolar: o que é:

O planejamento escolar é uma prática fundamental para garantir a organização e a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. Consiste em um processo de reflexão, análise e tomada de decisões que orienta todas as ações educativas ao longo do ano letivo. Planejar significa traçar caminhos para alcançar objetivos específicos, considerando a realidade da escola, o contexto social dos alunos e as metas de aprendizagem estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Mais do que uma atividade burocrática ou meramente técnica, o planejamento escolar é um instrumento estratégico que promove a articulação entre as intenções educativas e as práticas realizadas no cotidiano escolar. Envolve a definição de conteúdo, metodologias, formas de avaliação, uso de recursos didáticos e organização do tempo e do espaço escolar. Tudo isso deve ser pensado de forma integrada, com foco na aprendizagem dos estudantes e no desenvolvimento de uma educação de qualidade.

O planejamento deve ser construído de maneira coletiva, com a participação de toda a equipe escolar — professores, gestores, coordenadores e demais profissionais da educação. Essa colaboração favorece a coerência entre as diferentes etapas do processo educativo e fortalece o compromisso de todos com os resultados da aprendizagem. Além disso, o planejamento escolar é um processo contínuo: precisa ser flexível para se ajustar às necessidades que surgem ao longo do ano e às diferentes realidades das turmas.

Em síntese, o planejamento escolar constitui a base para uma prática pedagógica intencional, consciente e transformadora. Permite que a escola atue de forma organizada, com clareza de objetivos e foco no desenvolvimento integral dos

estudantes, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais eficiente, inclusivo e democrático.

A história indígena nos materiais didáticos:

No artigo “Entre os Índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas” (2020), Sandor Bringmann propõe uma análise crítica sobre a forma como a história indígena é abordada em materiais didáticos, a partir de uma coletânea distribuída na rede municipal de Florianópolis (SC).

De acordo com o autor, a investigação parte do pressuposto de que, apesar dos avanços legais trazidos pela Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas, ainda persistem abordagens superficiais, estereotipadas e descontextualizadas nos livros escolares. Bringmann aponta que muitos desses materiais acabam reforçando visões reducionistas dos povos indígenas, retratando-os como grupos homogêneos, atrelados ao passado e desvinculados de suas lutas atuais por território, identidade e direitos.

A coletânea analisada, embora apresente conteúdos sobre os povos originários, não escapa de armadilhas recorrentes, como a visão romantizada, o pouco espaço destinado às vozes autônomas e a ausência de uma abordagem crítica sobre o processo histórico de colonização e resistência. O autor também destaca a importância de considerar os saberes indígenas como parte legítima do conhecimento histórico — aspecto ainda pouco valorizado. Para além da representação, é preciso reconhecer a presença indígena como sujeito ativo da história.

Já o artigo “Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora: ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de história”, de Leonardo Machado Palhares, também aborda a questão dos livros didáticos, propondo uma análise cuidadosa das ilustrações. Estas são vistas não apenas como elementos decorativos, mas como fontes visuais e documentos simbólicos que transitam entre o real histórico e o imaginário cultural.

Segundo o autor, as ilustrações sobre indígenas frequentemente retratam os povos de forma idealizada, reforçando mitos e consolidando percepções equivocadas, que os mantêm como figuras de um passado remoto. Palhares considera essas imagens como vestígios e documentos capazes de revelar as tensões entre o “histórico verdadeiro” e a “imaginação criadora” para fins pedagógicos. Ele enfatiza que tais imagens não são selecionadas ao acaso, pois estão submetidas a critérios editoriais e mercadológicos. O autor propõe, portanto, que as ilustrações sejam lidas criticamente, incentivando educadores e alunos a questionar as representações e a problematizar as imagens, em prol de uma abordagem mais plural e verdadeira da história indígena.

A contextualização da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e seus desafios são abordados por Thyeles Borcarte Strelhow e Augusta Silveira. Strelhow (2014), em sua reflexão histórica sobre a EJA no Brasil, aponta que as concepções sociais acerca do analfabetismo e os preconceitos a ele associados ainda reverberam na atualidade, impactando as ações e os desafios dessa modalidade educacional. O autor ressalta a necessidade de um olhar crítico para a herança das decisões do passado, a fim de consolidar uma EJA mais equitativa e sensível às diferenças.

A EJA E A LEI 11.645/2008

No contexto do ensino de história indígena na EJA, Augusta Silveira analisa os desafios, práticas e limitações a partir de um estágio realizado na disciplina de História, em uma turma de Ensino Médio. A autora destaca que, apesar de ser um compromisso legal e ético, a aplicação da Lei nº 11.645/2008 na EJA ainda enfrenta barreiras significativas. Entre os principais desafios identificados estão a presença de preconceitos e estereótipos, a ausência de material didático adequado e a formação docente insuficiente.

Para Silveira, é fundamental problematizar os estereótipos e promover aulas contextualizadas, aproximando os conteúdos escolares das experiências de vida dos alunos adultos. Ela defende que incorporar a história indígena na EJA constitui um ato de reparação cultural e política, que favorece o reconhecimento da pluralidade histórica e o fortalecimento da cidadania crítica.

5. ESTUDO DE CASO: ESCOLA DOM PEDRO II

Um caso específico: a Escola Estadual Dom Pedro II, em Ouro Preto, MG.

Com mais de um século de história, a Escola Estadual Dom Pedro II, localizada na Praça Orlando Trópia, 94, no Centro Histórico de Ouro Preto/MG, abriga, no período noturno, turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Ensino Médio, e tem se empenhado em atender às diretrizes legais relativas à educação das relações étnico-raciais.

Segundo o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual Dom Pedro II (2022), a instituição contava, em 2018, com 869 matrículas distribuídas entre o Ensino Médio regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola funciona nos três turnos — manhã, tarde e noite —, sendo este último destinado ao atendimento dos estudantes da EJA, com turmas do 1º e 3º anos. O corpo docente que atua nesse turno é composto por 17 professores, uma pedagoga e uma bibliotecária, o que demonstra a atenção da escola à modalidade, ainda que com estrutura reduzida em relação ao ensino regular.

Em relação ao perfil do corpo discente, observa-se que a maioria dos estudantes reside na zona urbana (99%), enquanto apenas 1,03% vivem na zona rural. No que se refere à autodeclaração racial, 74% dos alunos não informaram cor ou raça, o que evidencia uma lacuna na coleta desses dados; entre os declarados, 15,9% se identificaram como pardos, 7,13% como brancos, 2,81% como pretos e 0,0938% como indígenas. A escola possuía ainda 58 docentes, distribuídos conforme o turno de funcionamento e as etapas de ensino ofertadas, incluindo professores de educação especial, intérpretes de Libras e docentes da educação profissional.

Esses dados permitem compreender o contexto em que a EJA se insere, revelando tanto o esforço da instituição em garantir o acesso à educação para jovens e adultos quanto os desafios relacionados à diversidade racial, social e pedagógica presentes nesse público.

Conforme descrito em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), a escola reconhece a importância de promover um ambiente democrático e plural, contemplando a diversidade étnico-racial no currículo e em suas práticas pedagógicas.

No entanto, no que tange especificamente ao ensino da história e cultura indígena, o PPP revela fragilidades que dialogam com as críticas apresentadas por Bringmann, Palhares e Silveira. Embora a escola afirme desenvolver atividades relacionadas à temática indígena nas disciplinas de História, Geografia, Filosofia, Português e Sociologia — por meio de debates, rodas de conversa, entrevistas, visitas e outras ações —, o documento também reconhece que tais práticas são esporádicas e muitas vezes dependem de “oportunidades” criadas pelos professores, uma vez que o material didático apresenta o tema de forma superficial. Não há um momento fixo no calendário escolar, nem um projeto sistemático voltado ao estudo da história indígena, o que evidencia a lacuna entre a legislação (Lei 11.645/08) e sua efetiva aplicação na EJA.

Essa realidade evidencia a necessidade de ações mais estruturadas e contínuas no sentido de incorporar o protagonismo indígena ao currículo, não apenas como conteúdo periférico ou comemorativo, mas como parte integrante e transversal da formação histórica e cidadã dos alunos da EJA. Assim como apontam os autores analisados, é fundamental que os educadores superem representações estereotipadas e passem a tratar os povos indígenas como sujeitos históricos ativos, com saberes próprios e presença contemporânea. Além disso, é urgente investir na formação crítica dos professores da EJA e na construção de materiais pedagógicos que dialoguem com a realidade dos alunos adultos, reconhecendo suas trajetórias, experiências e vínculos com territórios diversos.

Portanto, o caso da Escola Estadual Dom Pedro II, ao mesmo tempo em que revela avanços significativos na valorização da diversidade, também evidencia os desafios ainda presentes na implementação plena e crítica do ensino da história indígena na EJA. Essa análise confirma a necessidade de um esforço coletivo — entre gestores, professores, comunidade e órgãos educacionais — para que a EJA se consolide, de fato, como um espaço de valorização da diversidade, da memória e da justiça histórica.

Essa necessidade torna-se ainda mais evidente quando se analisam os dados e reflexões contidos no próprio Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, especialmente no que se refere às relações étnico-raciais. Segundo o documento, a escola identifica práticas discriminatórias, racistas ou de preconceito étnico-cultural no ambiente escolar, bem como a existência de racismo institucional e/ou discriminação racial institucionalizada. No entanto, essas manifestações são, em muitos casos, tratadas de forma reativa, centradas em ocorrências pontuais, sem que se consiga apreender a real dimensão do problema entre os alunos da EJA.

O PPP (2022) destaca que:

diante dessas situações, a escola recorre a estratégias como palestras, rodas de conversa, projetos de reflexão e envolvimento das famílias, e, em casos mais graves, à comunicação com o Conselho Tutelar ou à emissão de boletins de ocorrência”. (pag. 44).

Contudo, reconhece-se que não há uma sistematização capaz de identificar o impacto dessas práticas discriminatórias na aprendizagem dos estudantes, ainda que se admita que elas possam interferir no emocional e no psicológico dos alunos, com consequências negativas para o processo de ensino-aprendizagem

Essa constatação evidencia uma lacuna importante: a ausência de um acompanhamento contínuo e de políticas educativas proativas que enfrentem, de forma estruturada, os efeitos do racismo e das desigualdades étnico-raciais no ambiente escolar — especialmente no contexto da EJA, onde os estudantes trazem trajetórias de exclusão social e educacional que se entrelaçam com questões étnico-raciais e territoriais.

Assim, torna-se imprescindível ampliar o debate sobre o ensino da história indígena na EJA, não como um conteúdo ocasional, mas como parte de uma política pedagógica antirracista integrada ao cotidiano escolar, conforme sugerem os marcos legais (Lei nº 11.645/08) e os estudos de Bringmann, Palhares e Silveira. Essa integração deve ir além das datas comemorativas ou das abordagens temáticas esporádicas, exigindo um currículo que valorize os saberes indígenas, reconheça os povos originários como sujeitos históricos e contemporâneos e se comprometa com a reparação das invisibilidades históricas que marcam a educação brasileira.

Além disso, é essencial que o corpo docente da EJA esteja preparado para lidar com as especificidades da modalidade, reconhecendo as experiências de vida, o repertório cultural e a diversidade étnica dos estudantes. Isso inclui formação continuada com enfoque nas relações étnico-raciais, utilização de materiais didáticos mais representativos e a construção de espaços de escuta e diálogo — aspectos já esboçados nos projetos da Escola Dom Pedro II, mas que demandam continuidade, aprofundamento e avaliação.

Em suma, os desafios enfrentados pela Escola Estadual Dom Pedro II — refletidos em seu PPP — são representativos de uma realidade mais ampla da EJA no Brasil. Superar as limitações identificadas, especialmente no que se refere ao ensino da história e cultura indígena, requer ações estruturadas, comprometimento institucional e políticas públicas voltadas à equidade racial, à valorização da diversidade e à formação de sujeitos históricos críticos e conscientes.

A inserção da temática indígena na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no ensino médio, representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas também uma oportunidade pedagógica de enfrentamento às desigualdades históricas e epistêmicas que marcaram o processo de formação da sociedade brasileira. A promulgação da Lei nº 11.645/2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para tornar obrigatório o ensino da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros na educação básica, configura um marco importante no campo das políticas educacionais voltadas à valorização da diversidade. No entanto, quando observada sob a ótica da EJA, essa legislação encontra desafios significativos de efetivação, especialmente diante das condições específicas dessa modalidade de ensino, que atendem a sujeitos historicamente marginalizados pela escola tradicional.

A EJA, por sua natureza, é um espaço que congrega pessoas com trajetórias escolares interrompidas, múltiplas experiências de vida e inserção social complexa. No ensino médio, os estudantes da EJA não são apenas mais velhos do que os da educação regular; eles carregam consigo histórias de exclusão, de trabalho precoce, de responsabilidade familiar e, muitas vezes, de contato limitado com propostas pedagógicas que reconheçam suas identidades culturais. Nesse cenário, a presença da temática indígena nos currículos pode assumir um papel fundamental na

construção de uma educação crítica, libertadora e conectada com a realidade brasileira. Porém, isso demanda mais do que dispositivos legais: requer intencionalidade pedagógica, formação docente adequada, materiais contextualizados e práticas escolares que se afastem de abordagens reducionistas.

Apesar da obrigatoriedade legal instituída pela Lei 11.645/2008, a presença da história e cultura indígena nos materiais didáticos e nos planejamentos da EJA ainda é limitada. O conteúdo, quando abordado, frequentemente aparece de forma pontual, desvinculado do cotidiano dos estudantes e sem conexão com as múltiplas realidades indígenas contemporâneas. Muitas vezes, o indígena é apresentado como um personagem do passado, cristalizado em estereótipos que reforçam a ideia de atraso ou exotismo, ao invés de ser reconhecido como sujeito histórico ativo, com culturas dinâmicas e presença política significativa no Brasil atual. Essa representação distorcida reforça apagamentos e limita as possibilidades de um diálogo real entre os saberes indígenas e os conhecimentos escolares.

Outro ponto que agrava esse cenário é a escassez de formação específica para os professores da EJA, que, em sua maioria, não recebem orientação sistemática para o trabalho com a temática indígena. O ensino noturno, a carga horária reduzida e a precarização das condições de trabalho na EJA também contribuem para a reprodução de currículos mínimos, pouco integradores, que priorizam conteúdos cobrados em avaliações externas em detrimento de propostas interculturais. Isso revela uma contradição entre o espírito da lei e a prática pedagógica, onde a formação integral, crítica e plural do sujeito é comprometida pela pressão por resultados imediatos e pela ausência de uma política robusta de apoio à diversidade cultural na educação de jovens e adultos.

No caso específico de cidades históricas como Ouro Preto, em Minas Gerais, essa discussão ganha contornos ainda mais relevantes. Trata-se de um município com expressiva riqueza cultural e patrimonial, situado em uma região marcada pela presença de povos originários desde antes da colonização portuguesa. A ausência ou presença superficial da temática indígena nos currículos da EJA nessa localidade pode ser interpretada como mais um capítulo da invisibilidade desses povos na história oficial. A análise documental de planejamentos pedagógicos, materiais didáticos utilizados nas turmas de EJA e orientações curriculares locais pode revelar, por um lado, os silêncios institucionais diante da pluralidade cultural

brasileira, e por outro, as possibilidades de transformação, caso haja comprometimento político-pedagógico com os princípios estabelecidos pela legislação.

As diretrizes curriculares nacionais e resoluções recentes, como a Resolução CNE/CEB nº 3/2025, que atualiza as orientações para a EJA, apontam para a necessidade de flexibilização curricular e valorização dos saberes dos estudantes, o que poderia abrir espaço para o fortalecimento da abordagem das temáticas indígenas. No entanto, a efetivação dessa proposta depende do modo como os sistemas de ensino irão operacionalizar essas diretrizes, garantindo formação docente continuada, acesso a materiais de qualidade e a valorização de práticas pedagógicas contextualizadas. A transversalidade da temática indígena, conforme propõe a Lei 11.645, exige que todos os componentes curriculares assumam a responsabilidade de abordar essa dimensão cultural e histórica, evitando que o conteúdo fique restrito a eventos pontuais ou datas comemorativas.

Ao considerar que a EJA é, muitas vezes, a última oportunidade de escolarização formal para muitos jovens e adultos, é imprescindível que esse espaço não reproduza as omissões do passado. Incluir a história e cultura indígena nos currículos da EJA, especialmente no ensino médio, é uma forma de garantir que o direito à educação de qualidade seja também o direito à memória, à identidade e à construção de uma cidadania plena. Trata-se de reconhecer que os estudantes da EJA não estão alheios às questões sociais mais amplas, e que sua trajetória de vida, embora marcada por rupturas escolares, pode ser terreno fértil para o debate crítico e para o reconhecimento da diversidade como valor educativo.

Assim, a análise da aplicação da Lei 11.645/2008 no contexto da EJA em Ouro Preto-MG permite compreender as tensões entre o prescrito e o realizado, entre a norma e a prática.

Nesse contexto, os livros didáticos empregados na EJA de Ouro Preto tornam-se essencial para compreender como a política pública se concretiza no cotidiano escolar e se, de fato, contribui para uma educação emancipadora e plural.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é a política pública federal responsável por avaliar, selecionar e distribuir obras didáticas e paradidáticas. Por meio de editais específicos publicados pelo Ministério da

Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) são definidos os critérios pedagógicos e metodológicos que orientam a produção, a avaliação e a escolha dos materiais, assegurando sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) - Ensino Médio em Ouro Preto/MG, o PNLD assume uma importância ainda mais estratégica. A oferta de materiais didáticos de qualidade, específicos e atualizados, é crucial para atender às particularidades desse público, que frequentemente possui trajetórias escolares interrompidas, saberes prévios diversos e a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho e a vida adulta. Os materiais selecionados pelo PNLD para serem usados no Ensino Médio, em especial na EJA devem, portanto, ir além da simples adaptação do conteúdo regular, apresentando abordagens que valorizem a experiência do educando e promovam a articulação entre o conhecimento escolar e a realidade social e profissional.

Em uma cidade com o patrimônio histórico e cultural de Ouro Preto, por exemplo, é fundamental que o material didático do PNLD EJA/Ensino Médio possibilite a conexão entre os conteúdos curriculares e a vivência local. A garantia de acesso a esses recursos, promovida pelo Programa, contribui diretamente para a equidade educacional, oferecendo aos estudantes da EJA as mesmas condições de aprendizado que os alunos do ensino regular diurno e reforçando o papel da escola como agente de inclusão e desenvolvimento pleno. A gestão municipal e as escolas de Ouro Preto, ao participarem ativamente do processo de escolha dos títulos disponíveis no PNLD, têm a oportunidade de selecionar as obras que melhor dialogam com as necessidades específicas de sua comunidade escolar e com o projeto político-pedagógico da EJA local.

A análise da abordagem das questões indígenas nos livros didáticos utilizados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) de nível médio, especificamente em Ouro Preto, Minas Gerais, requer a articulação entre as diretrizes curriculares nacionais e o material didático efetivamente empregado nas escolas dessa modalidade. Embora não existam dados públicos e específicos que detalhem o conteúdo de cada livro adotado nas instituições de Ouro Preto, a pesquisa se fundamenta na legislação educacional, nas análises gerais sobre o Programa Nacional do Livro e do Material

Didático (PNLD) da EJA e Ensino Médio — que balizam as escolhas locais — e em estudos que investigam a materialização da legislação em Minas Gerais e no país.

A realidade da EJA, contudo, muitas vezes implica a utilização de coleções didáticas aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC), via PNLD. As obras destinadas à EJA, em geral, são elaboradas para um público com experiências de vida singulares e buscam adequar a linguagem e os temas à sua realidade.

Considerando que as redes públicas de Ouro Preto, em sua maioria, adotam materiais selecionados pelo PNLD, a qualidade da abordagem indígena nos livros de EJA/Ensino Médio em circulação na cidade tende a refletir esse panorama nacional. O objetivo de analisar se e de que forma as questões indígenas são abordadas, portanto, encontra respaldo na hipótese de uma presença obrigatória, em cumprimento à Lei 11.645/2008. A efetividade da política de inclusão da história e da cultura indígena, portanto, depende não apenas da inserção do tema nos livros, mas também da profundidade, criticidade e contemporaneidade da abordagem proposta por essas ferramentas pedagógicas.

Devemos levar em conta que:

- Os livros didáticos do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), gerenciado pelo FNDE/MEC, são escolhidos com base no “Guia do PNLD”, que apresenta as obras previamente aprovadas pelo MEC. As escolas realizam o processo de escolha por meio da participação do corpo docente, podendo optar por registrar individualmente suas escolhas ou seguir uma decisão unificada definida pela Secretaria de Educação à qual estão vinculadas. Em 2021, essa unificação era opcional, e a rede de ensino podia adotar diferentes modelos: escolha por escola, por grupo de escolas ou unificada para toda a rede.
- O FNDE/MEC divulga publicamente os Guias do PNLD com as obras aprovadas e, em alguns casos, listas consolidadas com as coleções mais escolhidas por região ou rede. No entanto, não é prática comum a divulgação pública de listas detalhadas com as escolhas individuais de cada escola por município, como ocorre em Ouro Preto (MG).

- O PNLD 2021 foi voltado ao Ensino Médio e introduziu um novo formato de material didático, organizado por Áreas do Conhecimento e Projetos Integradores, em consonância com as diretrizes do Novo Ensino Médio. A maior parte dos materiais era reutilizável.

O Guia de Obras Aprovadas do PNLD 2021 e sua aplicação no Ensino Médio na EJA

Para compreender as opções de materiais didáticos disponíveis às escolas públicas de Ouro Preto em 2021, é fundamental considerar o Guia do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), referente ao Ensino Médio. Especificamente, o Guia do PNLD 2021 – Ensino Médio, nos Objetos 1 e 2, apresenta as coleções aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a partir das quais as escolas puderam escolher as obras mais adequadas às suas necessidades pedagógicas.

Embora o edital do PNLD 2021 tenha sido direcionado ao Ensino Médio de forma geral, ele também contemplou, de maneira não exclusiva, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse ciclo, não foi lançado um edital específico para a EJA no Ensino Médio. Dessa forma, as redes de ensino e instituições escolares que oferecem a EJA puderam utilizar os materiais didáticos aprovados para o Ensino Médio regular ou realizar adaptações conforme suas realidades e demandas locais.

Um exemplo de livro didático:

Título: Do seu jeito: História

Ano escolar: 1º ao 3º ano

Editora Ática / Código da obra: 0113 P26 01 01 204 816

Componente Curricular: História / nº de páginas: 513

Sinopse

A obra *Do seu jeito – História* estimula o pensamento crítico e reflexivo dos alunos por meio de abordagens historiográficas e do estudo de diversas fontes históricas. Fundamentada nos conceitos essenciais da História e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a obra promove um aprendizado aprofundado, incentivando a análise e a construção do conhecimento de forma autônoma e contextualizada.

Autores

Adriana Machado Dias - Bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), é também especialista em História Social e Ensino de História pela mesma instituição. Atuou como professora de História na rede particular de ensino e é autora de livros didáticos voltados aos Ensinos Fundamental e Médio.

Marco Pellegrini – Bacharel e licenciado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR), atuou como professor de História na rede particular de ensino. É editor de materiais didáticos e autor de livros de História para os Ensinos Fundamental e Médio.

Análise da abordagem indígena

Neste livro, em particular, as questões indígenas são tratadas de forma a valorizar o protagonismo dos povos originários na atualidade, destacando sua diversidade cultural, histórica e social, além de combater estereótipos e preconceitos. O ensino busca apresentar os indígenas como sujeitos históricos ativos, que resistem e preservam suas culturas. Também reconhece a importância da internet e das redes sociais como espaços de protagonismo indígena, nos quais eles podem narrar suas próprias histórias e expressar suas opiniões (p. 178).

Além disso, o conteúdo enfatiza a relevância da identidade cultural indígena, a preservação da memória e das tradições, bem como o reconhecimento dos direitos desses povos — como a soberania alimentar e a luta pela demarcação e proteção de seus territórios (pp. 175, 402).

Temas como a resistência indígena à colonização, o impacto da catequização e da escravidão, e a valorização das manifestações culturais indígenas contemporâneas

— produzidas pelos próprios indígenas — também são abordados, contribuindo para desconstruir narrativas eurocêntricas e promover uma visão mais plural da história (pp. 178–179).

6. Considerações Finais:

Embora a legislação ofereça um marco normativo importante para a construção de uma educação comprometida com a valorização das culturas indígenas, sua efetividade depende de múltiplos fatores: da vontade política dos gestores educacionais, da formação crítica dos professores, da qualidade dos materiais utilizados, da escuta atenta às vivências dos estudantes e da articulação entre a escola e os contextos culturais locais. Promover uma educação de jovens e adultos que contemple de forma plena a temática indígena é, portanto, um desafio e uma urgência para que a escola se transforme em espaço de reconhecimento, pertencimento e resistência frente as injustiças históricas

REFERÊNCIAS:

ALVES, Heryson Raisthen Viana; SILVA, Fernanda Sheila Medeiros da; SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. As contribuições de Paulo Freire à EJA no Brasil. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-12, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Entre os Índios do Sul: Uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos Postos Indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Resolução CNE/BE nº 3, de 15 de abril de 2025. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/abril/rceb003_25.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

PALHARES, Leonardo Machado. *Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora: ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de história*. 2012. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PÁDUA, E. M. M. de. O processo de pesquisa. In: PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papirus, 1997. p. 29-89. (Coleção Práxis).

PAULO, Freire. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

QEDU. Ouro Preto: Censo Escolar. 2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3146107-ouro-preto/censo-escolar>. Acesso em: 22 out. 2025.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programas do Livro Didático. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a->

[informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro](#). Acesso em: 22 out. 2025.

EDOCENTE. *Livro didático: Leitor – Do seu jeito: História, volume único, PNLD Ensino Médio 2026*. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/pnld/obra/leitor/do-seu-jeito-historia-volume-unico-pnld-ensino-medio-2026/?obraId=13727>. Acesso em: 22 out. 2025.

ESCOLA ESTADUAL DOM PEDRO II. Regimento Escolar da Escola Estadual Dom Pedro II. Ouro Preto, Minas Gerais, 2022

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dom Pedro II. Ouro Preto, MG, 2022.

SILVEIRA, A. Ensino de História indígena e EJA: práticas e desafios. *Revista do Lhiste*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2014.

STRELHOW, Thyales Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49-59, jun. 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Acesso em: 8 set. 2025.